

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 19

Fevereiro - 2011

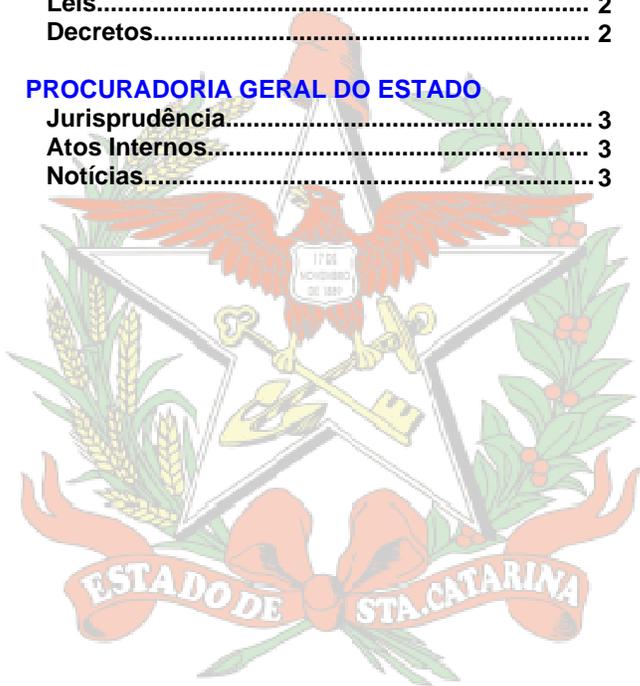
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
Nelson Antônio Serpa

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 528, de 17 de janeiro de 2011

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 454, de 2009, que institui critérios de valorização profissional para os militares estaduais e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 529, de 17 de janeiro de 2011

Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 530, de 17 de janeiro de 2011

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 531, de 17 de janeiro de 2011

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 155, de 1997, que institui a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 532, de 17 de janeiro de 2011

Acrescenta os números 3 e 4 na Tabela VI da Lei Complementar nº 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelo Juiz de Paz, na forma da Lei Federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

LEI Nº 15.434, de 17 de janeiro de 2011

Altera a Lei nº 14.964, de 2009, que estabelece o procedimento para recuperação extrajudicial do consumidor inadimplente.

LEI Nº 15.435, de 17 de janeiro de 2011

Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, institui a Carta Estadual de Serviços ao Cidadão e adota outras providências.

LEI Nº 15.439, de 17 de janeiro de 2011

Altera o art. 1º da Lei nº 15.164, de 2010, que dispõe sobre a introdução de espécies frutíferas nativas no âmbito de reflorestamentos com espécies exóticas para beneficiar a avifauna.

LEI Nº 15.440, de 17 de janeiro de 2011

Assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.441, de 17 de janeiro de 2011

Veda o ingresso em cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, a alunos matriculados em outras instituições públicas de ensino superior.

LEI Nº 15.445, de 17 de janeiro de 2011

Institui a Semana Estadual da Conciliação.

LEI Nº 15.447, de 17 de janeiro de 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar aos consumidores sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos fornecidos por restaurantes, bares, lanchonetes, confeitarias,

padarias, rotisseries e congêneres que comercializam e entregam em domicílio alimentos para pronto-consumo, estabelecidos no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI Nº 15.448, de 17 de janeiro de 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes de terceira dimensão (3D).

LEI Nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011

Institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea.

LEI Nº 15.454, de 17 de janeiro de 2011

Institui medidas antipoluentes nos veículos de transporte coletivo do Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.455, de 17 de janeiro de 2011

Altera o art. 1º da Lei nº 13.707, de 2006, que dispõe a isenção de ICMS na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiências físicas e seus representantes legais.

LEI Nº 15.456, de 17 de janeiro de 2011

Institui o Cadastro Estadual de Imóveis cedidos pelo Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI Nº 15.457, de 17 de janeiro de 2011

Regulamenta a colheita do pinhão.

Decretos

DECRETO Nº 3.773, de 30 de dezembro de 2010

Aprova a Classificação das Destinações/Fontes de Recursos para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 001, de 3 de janeiro de 2011

Cessa os efeitos de atos de disposição, convocação ou cedência de servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 002, de 3 de janeiro de 2011

Dispõe sobre a suspensão da concessão de regimes especiais para importação de mercadorias destinadas à comercialização.

DECRETO Nº 003, de 3 de janeiro de 2011

Suspende a concessão de autorização de transferência de saldo credor acumulado no ICMS.

DECRETO Nº 004, de 3 de janeiro de 2011

Introduz a Alteração 2.622 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 005, de 3 de janeiro de 2011

Introduz a Alteração 2.623 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 006, de 3 de janeiro de 2011

Introduz as Alterações 2.624 a 2.632 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 007, de 3 de janeiro de 2011

Designa ao cargo de Diretor Representante do Estado de Santa Catarina na Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

DECRETO Nº 010, de 4 de janeiro de 2011

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, para os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas do Poder Executivo.

DECRETO Nº 011, de 14 de janeiro de 2011

Introduz as Alterações 2.633 e 2.634 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 012, de 14 de janeiro de 2011

Altera o Decreto nº 003, de 3 de janeiro de 2011, que suspende a concessão de autorização de transferência de saldo credor acumulado no ICMS.

DECRETO Nº 013, de 14 de janeiro de 2011

Introduz a Alteração 1ª do Decreto nº 3.719, de 14 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº 018, de 26 de janeiro de 2011

Introduz as Alterações 2.635 e 2.636 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 019, de 26 de janeiro de 2011

Introduz a Alteração 2.637 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 024, de 28 de janeiro de 2011

Dispensa do cargo de Diretor Representante do Estado de Santa Catarina na Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

DECRETO Nº 025, de 28 de janeiro de 2011

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2011, em consonância com os arts. 8º e 9º da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 026, de 28 de janeiro de 2011

Altera a Classificação da Despesa Pública do Estado de Santa Catarina, aprovada pelo Decreto nº 3.221, de 6 de maio de 2010.

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO**

JURISPRUDÊNCIA**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Recurso em Mandado de Segurança Nº 23.428 - RS (2007/0001863-1)

Data de julgamento: 16 de dezembro de 2010

Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Recorrente: Glauco Moreira Castilho e outro

T. Origem: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Impetrado: Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Recorrido: União

Ementa:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO DE REMOÇÃO. VEDAÇÃO A PARTICIPAR DE PROCESSO DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. DISCRICIONARIEDADE CONFERIDA AO ÓRGÃO DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PELA LEI Nº 8.112/90.

1. O exame acerca da conveniência da vedação, em edital de remoção, à participação de servidores em estágio probatório não compete ao Poder Judiciário, sob pena de invasão do campo de discricionariedade conferido ao órgão de lotação do servidor pela própria Lei nº 8.112/90 (art. 36, III, "c").
Precedente.

2. Além disso, tendo o edital do concurso público de que participaram os recorrentes estabelecido que deveriam permanecer na localidade para a qual foram nomeados por, no mínimo, três anos de efetivo exercício no cargo, resta evidente a ausência de seu direito líquido e certo à participação no processo de remoção.

3. Recurso ordinário improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as

acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP) e Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

ATOS INTERNOS**PORTARIA/GAB/PGE Nº 001/2011, de 3 de janeiro de 2011**

Delega a servidor da PGE competências administrativas de acordo com a legislação vigente.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 002/2011, de 3 de janeiro de 2011

Delega a servidor da PGE competências administrativas de acordo com a legislação vigente.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 007/2011, de 3 de janeiro de 2011

Altera composição da Comissão do 8º Concurso Público para ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Santa Catarina.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 008/2011, de 24 de janeiro de 2011

Dispensa servidor da função de confiança.

PARECER Nº 45, de 19 de janeiro de 2011

Autor: Silvío Varela Junior

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador

Ementa: Servidor Público. Transferência para outro órgão. Mudança de cargo sem concurso público. Vedação constitucional.

NOTÍCIAS**Plano de redução de litígios judiciais**

A PGE iniciou um programa para reduzir os litígios judiciais entre o Estado e os servidores públicos. A meta é evitar dar prosseguimento a ações judiciais que tratam de reivindicações do funcionalismo e que já têm definições em diversas instâncias da justiça.

Numa das primeiras medidas práticas, foi elaborado um parecer para o governo, que lhe atribuiu caráter jurídico-normativo, reconhecendo que servidores do Estado contratadas em regime temporário têm direito à licença maternidade.

Nomeações na estrutura administrativa da PGE

O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, indicou três novos titulares para integrar a administração da instituição: a Procuradoria do Contencioso (Procont) terá Ivan S. Thiago de Carvalho como procurador-chefe; Osni Alves da Silva será o procurador-chefe da Procuradoria Fiscal (Profis) e Loreno Weissheimer assumirá a chefia da Procuradoria de Consultoria Jurídica (Cojur).